

# PARQUE NACIONAL MONTANHAS DE TUMUCUMAQUE (AP- BRASIL):

## “ULTRAPERIFERIA” OU “LABORATÓRIO” PARA A COOPERAÇÃO EM GESTÃO DA BIODIVERSIDADE NOS ESPAÇOS AMAZÔNICOS DE FRONTEIRA?

MARTA de AZEVEDO IRVING<sup>1</sup>

Programa Eicos/IP/UFRJ<sup>2</sup>

### Resumo

Os parques nacionais de fronteira na Amazônia brasileira constituem um tema essencial para a reflexão acadêmica e para as políticas ambiental, de desenvolvimento e de segurança do país. O tema envolve uma discussão interdisciplinar complexa, ainda incipiente, no que se refere à gestão da biodiversidade e desenvolvimento regional sustentável, sob a ótica de olhares históricos, quadros legais e institucionais, sociais, econômicos, ambientais e políticos distintos. Essa afirmação ganha contornos ainda mais evidentes no caso do Parque Nacional Montanhas de Tumucumaque, situado no Estado do Amapá, na fronteira com a Guiana Francesa e o Suriname: o único parque nacional, portanto, em contato direto com a União Européia na Amazônia. Nesse contexto, o presente trabalho, de caráter exploratório e preliminar, objetiva contribuir para a compreensão dos desafios envolvidos na gestão da biodiversidade do Parque Nacional Montanhas e desenvolvimento regional, tendo em vista os cenários atual e futuro para a cooperação Brasil-França.

**Palavras-Chave:** Gestão, biodiversidade, Parque Nacional Montanhas de Tumucumaque, Brasil, França.

### Abstract

National Frontier Parks in the Brazilian Amazon represent an essential issue for the academic reflexion and for the country environmental, security and development policies.

This topic involves a complex interdisciplinary approach, still recent, with regards to biodiversity management and sustainable development, according to different historical, legal, institutional, social, economic, environmental and political frameworks. This context is still more evident in the case of National Park Montanhas de Tumucumaque, situated in the State of Amapá, in the border with the French Guiana and Surinam: the only national park in the Amazon with a direct contact with the European Union. In this context, the present work, still preliminary, aims to contribute to the understanding of the challenges involved in biodiversity management connected with the National Park Montanhas de Tumucumaque and regional development, based on present and future trends for the cooperation Brazil-France.

**Key Words:** Management, Biodiversity, national park Montanhas de Tumucumaque, Brazil, France.

### PENSANDO SOBRE O TEMA: COMO ARGUMENTAR OS OBJETIVOS?

A gestão da biodiversidade na contemporaneidade materializa uma questão estratégica, nos planos local e global. Segundo Albagli

(1998), “a recente motivação e o interesse crescente sobre o tema resulta, porem, da possibilidade, através do avanço da fronteira científico-tecnológico, de manipulação da vida no nível genético, potencializando largamente seus usos e aplicações e ampliando o interesse de importantes segmentos econômicos e industriais na biodiversidade como capital natural de realização futura... a temática da biodiversidade deixa de pertencer às esferas científica e ambiental estritas, passando a estar no centro de acirradas disputas geopolíticas, particularmente em torno do acesso a recursos genéticos e do acesso à tecnologia, como vias de acesso à informação estratégica associada à biodiversidade” (p. 59-60).

Assim, os parques nacionais de fronteira na Amazônia brasileira constituem, *per se*, um tema estratégico em pesquisa e políticas públicas e envolvem uma discussão interdisciplinar complexa, ligada à gestão da biodiversidade nos planos local e global, aos aspectos de soberania e geopolítica, à perspectiva cultural e antropológica, aos mecanismos de governança e à lógica do desenvolvimento regional sustentável.

A compreensão da dinâmica da gestão da biodiversidade nesses espaços protegidos, representa, na atualidade, uma das principais equa-

<sup>1</sup> Doutora em Oceanografia. Professora do Instituto de Psicologia/Programa EICOS. mirving@mandic.com.br.

<sup>2</sup> O trabalho em desenvolvimento teve o apoio da CAPES e para a pesquisa de campo da DAP/MMA e constitui o ponto de partida de um projeto de pesquisa, em andamento, entre o programa Eicos/IP/UFRJ e o Programa Interdisciplinar de Gestão da Biodiversidade/IB/UFRJ e o Département d'Écologie et Gestion de la Biodiversité do Museum d'Histoire Naturelle de Paris.

ções a serem solucionadas pelo Governo Brasileiro, no momento em que este se empenha para a construção do Plano Nacional de Áreas Protegidas, em fase de discussão e amadurecimento institucional, com prazo de conclusão previsto para dezembro de 2005 (MMA, 2004a).

Apesar da importância deste objeto de pesquisa, são ainda incipientes os esforços para se compreender, de maneira integrada, a lógica e os desafios envolvidos nos processos de gestão da biodiversidade nessas áreas, frente às demandas e conflitos associados à perspectiva de desenvolvimento regional, que resultam de um processo histórico, ancorado num território contínuo mas regulado sob bases culturais, legais, institucionais e políticas distintas.

Essa reflexão ganha ainda novos contornos éticos no Parque Nacional Montanhas de Tumucumaque, situado no Estado do Amapá com a fronteira da Guiana Francesa e do Suriname. Assim, o único Parque Nacional brasileiro em contato direto com a União Européia, na Amazônia. Dessa forma, no plano regional, a ilustração exemplar e simultânea, de duas lógicas de desenvolvimento.

Evidentemente que a discussão em foco, envolve, não apenas a abordagem clássica de gestão de parques nacionais, numa paisagem circunscrita aos limites territoriais e simbologias impressas no imaginário de um determinado país, mas também a perspectiva regional, num cenário dinâmico e “efervescente” de heterogeneidades culturais, de dissonâncias legais e institucionais, de prioridades políticas desiguais e de cenários de desenvolvimento distintos.

Essa afirmação ganha ainda um novo olhar no caso amazônico, em que os espaços de fronteira estão intimamente vinculados à discussão de soberania e integridade territorial, à violência itinerante, à exploração ilimitada e inconseqüente de recursos naturais, à ausência quase generalizada do Estado e à uma diversidade étnica e cultural, de difícil interpretação, pelo olhar urbano, distante da realidade da floresta e dos povos que ali habitam, histórica-

mente, numa relação ancestral com a base de recursos naturais. Nesse cenário mutante de fronteira, nesse território “em transe”, os parques nacionais representam, *per se*, cenários de conflito, de exclusão, de negação de diálogos ancestrais, interpretados na contemporaneidade como um passado remoto e obsoleto, distante das necessidades frenéticas de uma sociedade ávida por consumo e exotismo.

Assim, o presente trabalho, de caráter exploratório e preliminar, é um convite à reflexão e objetiva contribuir para a compreensão dos desafios envolvidos na gestão da biodiversidade do Parque Nacional Montanhas de Tumucumaque, sob a ótica regional, tendo em vista os cenários atual e futuro para a cooperação Brasil-França. Secundariamente, o trabalho pretende contribuir para uma base de discussão e subsídios para a Política de Áreas Protegidas do Brasil, no que tange aos parques nacionais de fronteira.

O trabalho foi desenvolvido entre abril de 2004 e maio de 2005, simultaneamente no Brasil e na França, com base em pesquisa documental e bibliográfica, entrevistas dirigidas a interlocutores selecionados (pesquisadores, gestores de espaços protegidos e políticos dos dois países, engajados nos temas de áreas protegidas, gestão da biodiversidade e desenvolvimento sustentável), questionários dirigidos aos diretores de parques e pesquisa de campo. Sua continuidade está prevista no âmbito do Programa Interdisciplinar sobre Gestão da Biodiversidade/IB/UFRJ, do Programa Eicos/IP/UFRJ e dos projetos de cooperação Brasil-França para a Gestão da Biodiversidade, em fase de construção entre a Universidade Federal do Rio de Janeiro, o Museu Nacional de História Natural de Paris e, a Diretoria de Áreas Protegidas do Ministério do Meio Ambiente do Brasil.

### **DAS ÁREAS PROTEGIDAS DE FRONTEIRA À COOPERAÇÃO TRANSFRONTEIRIÇA**

Um tópico central nessa reflexão diz respeito ao conceito de fronteira

**“... a dinâmica de fronteira” não coloca em discussão a percepção de fronteira na lógica geopolítica de soberania...”**

e às terminologias, nem sempre consensuais, utilizadas para caracterizar os espaços protegidos nessas áreas. Embora essa questão não constitua o objetivo do presente trabalho, a dissonância terminológica parece evidente quando as áreas protegidas situadas em áreas de fronteira são indiscriminadamente apresentadas em publicações acadêmicas ou acordos políticos como áreas fronteiriças ou transfronteiriças. Essa dificuldade parece refletir, por um lado, inconsistências na interpretação conceitual do que significa fronteira e, por outro, problemas de tradução direta de textos de referência, publicados em outras línguas. Na verdade, uma consulta ao dicionário (Freireira, 1975) estabelece que **fronteira** significa “a extremidade de um país ou região do lado onde confina com outro” e, **limite**, é definido como “a linha de demarcação, real ou imaginária que separa dois terrenos ou dois territórios contíguos”. No entanto, para Silva (1986) “a fronteira não é o mesmo que limite. Ela estabelece com ele uma relação específica. Embora o limite seja o dado real, êle é percebido por meio da fronteira... O limite é o lugar e são as relações, na fronteira”.

Assim, a fronteira pode ser percebida também numa perspectiva dinâmica, que transcende, essencialmente, uma barreira política imposta sobre a base de um território contínuo. No entanto, quando a temática da integridade do território é trazida para reflexão, a “dinâmica de fronteira”, embora seja real, não coloca em discussão a percepção de fronteira na lógica geopolítica de soberania.

No plano político-institucional, a Constituição Brasileira de 1988 (Ar-

“... os parques nacionais situados em áreas de fronteira amazônica foram pouco estudados...”

tigo 20) estabelece que “A faixa até 150 km de largura, ao longo das fronteiras terrestres, designada como faixa de fronteira, é considerada fundamental para a defesa do território nacional, e sua ocupação e utilização serão reguladas por lei”. Isso significa dizer que os parques nacionais situados na faixa de fronteira, constituem, áreas protegidas de fronteira e não transfronteiriças, como afirmam alguns textos. (BRASIL, 1988).

Na verdade, esse tipo de problema parece ter tido origem na tradução e interpretação direta de textos de referência, que definem as diretrizes para as denominadas Transboundary Protected Areas (TBPAs) ou Áreas Protegidas Transfronteiriças (Sandwich *et al.*, 2003). Segundo os autores, uma área protegida transfronteiriça é “uma área de terra ou mar especificamente dedicada à proteção e manutenção da diversidade biológica e os recursos naturais e culturais associados, e gerenciados através de meios legais ou outros”. Na maioria dos casos, “transboundary” ou “transfronteiriço”, implica em cooperação internacional e, a cooperação entre duas ou mais áreas protegidas constitui um pré-requisito para uma TBPA.

Embora esse tema seja recente e sejam ainda limitadas as publicações que se concentrem nessa reflexão, as áreas protegidas de fronteira, constituem assim, espaços privilegiados para a construção de modelos inovadores de cooperação internacional, para a gestão transfronteiriça da biodiversidade e, em alguns casos, para a implantação de áreas protegidas efetivamente transfronteiriças, como acontece com os

Parques da Paz, na África (Sandwich *et al.*, 2003) e, mesmo, as Reservas de Biosfera Transfronteiriças (UNESCO, 2004).

No entanto, no caso brasileiro essa experiência não existe e vai demandar ainda um olhar específico de políticas públicas, segundo uma nova abordagem geopolítica, no desafio da cooperação transfronteiriça para a gestão da biodiversidade. O Parque Nacional Montanhas de Tumucumaque, nesse contexto, foi identificado pelo Ministério de Meio Ambiente como o “laboratório” para essa reflexão, uma vez que materializa todas as diferentes facetas desse diálogo complexo, possível, mas ainda em construção.

### PARQUES NACIONAIS DE FRONTEIRA NA AMAZÔNIA BRASILEIRA: QUAL O CONTEXTO?

O contexto dos parques nacionais de fronteira, em realidade não difere significativamente em origem e historiografia das demais UCs de Uso Indireto, conforme discutido por Medeiros *et al.* (2004). No conjunto de 53 parques nacionais que englobam uma área de 16.437.902,14 há, ou o equivalente a 1,93% do território nacional, 13 parques estão na região norte do país e, desses, cinco estão diretamente na área de fronteira: PN da Serra do Divisor, PN do Pico da Neblina, PN Monte Roraima, PN do Cabo Orange, PN Montanhas de Tumucumaque.

Estes parques foram, em geral, criados por Decreto Governamental, no processo “top down”, sem discussão com a sociedade e não dispõem de instrumentos de gestão ou, se dispõem, estes ainda estão inadequados e/ou desatualizados, a equipe técnica responsável é limitada ou, em geral, recente na área e, os meios para a implantação da efetiva desses espaços protegidos são, até o momento, praticamente inexistentes.

Da mesma forma, os parques nacionais situados em áreas de fronteira amazônica, até o momento, foram pouco estudados e, as iniciativas de estudos e pesquisas, em parceria com os países vizinhos, ocorrem, em geral, de forma dispersa,

dissociada de uma perspectiva política integrada ou de mecanismos sistemáticos e contínuos de cooperação.

A situação com relação aos instrumentos legais de criação, de gestão e cooperação com os países vizinhos está sistematizada nos Quadros 1 e 2, com base nos questionários dirigidos aos diretores de parques.

Evidentemente que, nesse contexto, o compromisso do processo participativo e a inclusão dos atores sociais para a gestão, previsto pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação/SNUC/Lei 9985/2000 (Brasil, 2000a e b) representa ainda uma “abstração”, um desafio a ser alcançado e médio e longo prazos. Além disso, estes denominados “parques de papel”, distantes dos grandes centros urbanos, constituem Unidades de Conservação de difícil acesso, de baixa ou nenhuma visitação turística e sem mecanismos claros de participação social nos processos de gestão. Assim, constituem “matéria prima ainda não utilizada” para a pesquisa acadêmica e para a tomada de decisão, no âmbito político.

No entanto, esses parques, de alta relevância na perspectiva da Convenção da Diversidade Biológica, sob o prisma geopolítico e sob a ótica de desenvolvimento do país, constituem espaços privilegiados para o desenvolvimento de novos modelos de gestão da biodiversidade, centrados na perspectiva ética de colaboração e de construção de um novo diálogo entre países distintos, segundo o desafio de respeito mútuo, inclusão social e participação política.

Entre os parques nacionais em áreas de fronteira na Amazônia brasileira, o Parque Nacional Montanhas de Tumucumaque emerge como um “laboratório” sem precedentes para a gestão da biodiversidade e para o desenvolvimento regional, uma vez que, em sua dinâmica, materializa e ilustra, de maneira ímpar, as contradições do processo de globalização e do diálogo norte-sul, num espaço de fronteira que Mas-teau (1997) identifica como a “ultraperiferia” da União Européia e da América Latina. Esse parque adquire ainda uma importância maior em

**Quadro 1**  
**PARQUES NACIONAIS DE FRONTEIRA na AMAZÔNIA: Contexto Legal, (Localização e Mecanismos de gestão)**

| Parques Nacionais        | Extensão (ha) | Decreto/Ano de criação | Municípios/Estado/País de Fronteira  | Plano de Manejo   | Conselho Gestor  |
|--------------------------|---------------|------------------------|--|---|--|
| Pico da Neblina          | 2.200.000     | 83550/76               | São Gabriel da Cachoeira (AM)- Fronteira com   | Sem informação  | Sem informação   |
| Cabo Orange              | 619.000       | 8491315/80             | Oiapoque e Calçoene (AP) – Fronteira com a Guiana Francesa   | Em elaboração/Conclusão prevista para 2006  | Em formação/Previsto para 2005   |
| Serra do Divisor         | 846.633       | 97.839/89              | Mâncio Lima, Rodrigues Alves, Cruzeiro do Sul, Porto Walter e Marechal Traumaturgo (AC) – Fronteira com o Peru                           | Plano de Manejo aprovado em 2002 mas já se encontra bastante desatualizado, desconectado à realidade do parque e dos recursos humanos e financeiros   | Conselho Paritário, criado através de Portaria No. 78 de 5 de julho de 2002. Conselho possui regimento interno criado em 2002 e é atuante e representativo com 38 conselheiros, com uma reunião ordinária por semestre |
| Monte Roraima            | 116.000       | 97.887/89              | Uiramutã e Pacaraima e Água fria (RR) – Fronteira com a Venezuela e Guiana   | Plano de Manejo aprovado em março de 2000 mas área do parque em questionamento pela FUNAI por razão da Reserva Indígena Raposa/Serra do Sol – Necessidade de readequação com previsão para 2005 | Conselho a ser estabelecido após a revisão do Plano de Manejo  |
| Montanhas do Tumucumaque | 3.867.000     | s/n de 22.08.2002      | Serra do Navio, Pedra Branca do Amapari, Calçoene, Oiapoque, Laranjal do Jari(AP) e Amerim (PA) Fronteira com Suriname e Guiana Francesa | Em elaboração/ Conclusão prevista para 2006 (levantamentos físico e biológicos em curso)  | Criado de maneira inadequada mas nunca implantado/Reestruturação prevista para abril 2005  |

Fonte: Questionários enviados aos diretores de parques (2005), à exceção do PN do Pico da Neblina, não respondido.

**Quadro 2**  
**Parques Nacionais de Fronteira na Amazônia: programas em andamento e Recomendações para a cooperação transfronteiriça**

| Parques Nacionais         | Programas em Andamento  | Questões de Fronteira e Recomendações para a Cooperação   |
|---------------------------|---|---|
| Serra do Divisor          | Projeto ARPA em fase de mobilização mas sem ação iniciada efetivamente                    | Não existe estratégia de integração com os países vizinhos mas o parque sofre impactos significativos de concessões medeiras instaladas no Peru. Reuniões com a INRENA foram iniciadas mas não tiveram continuidade. SOS Amazônia tenta estabelecer parcerias para a cooperação Brasil-Peru. É urgente o estabelecimento da Cooperação Brasil-Peru para a gestão da biodiversidade na fronteira, envolvendo o Itamarati e o IBAMA   |
| Cabo Orange               | ARPA em implementação   | A pesca e a caça praticadas na fronteira constituem um problema, principalmente porque a caça é legal na Guiana. É importante a divulgação do parque na guiana em feiras ou eventos turísticos um programa de cooperação internacional entre o Governo do Amapá e a Guiana Francesa e uma política compatível entre os dois países.   |
| Montanhas de Tumucumaque: | ARPA em implementação   | Expectativa da criação do Parque Nacional na Guiana Francesa, potencial de cooperação binacional com a França mas nenhum contato com o Suriname. Com o Suriname notícias de uso turístico indevido na fronteira, incentivado por agências especializadas. Em menor grau com a Guiana francesa, em função da presença policial e do acesso restrito a Camopi, Oiapoque e Maripassoula. Registros de casos de biopirataria e inúmeras pistas de pouso clandestinas de origens não identificadas e garimpos irregulares, de difícil controle dos dois lados da fronteira |
| Monte Roraima             | “Proteção e Pesquisa”, do Plano de Manejo, prejudicado por conta dos conflitos fundiários | Não são registrados conflitos com os países vizinhos, nem estratégias de cooperação. No entanto, a rampa de acesso ao Monte Roraima se dá somente pela Venezuela, o que demanda acordos posteriores para o desenvolvimento de turismo e visitação.  |

Obs: O Questionário para o Parque Nacional do Pico da Neblina não foi respondido.

políticas públicas, uma vez que constitui a Unidade de Conservação selecionada de fronteira, para a reflexão sobre o processo de gestão da biodiversidade, na construção do Plano Nacional de Áreas Protegidas (MMA, 2004), em curso sob a responsabilidade da Diretoria de Áreas Protegidas do Ministério de Meio Ambiente. Vale ainda ressaltar a importância histórica da área do parque, objeto de disputas coloniais e da pós-república, que colocam em evidência a noção de patrimônio e temporalidade e a construção da identidade brasileira em território amazônico.

Esta Unidade de Conservação integra ainda o Programa Áreas Protegidas da Amazônia (ARPA), uma iniciativa do Governo Federal coordenada pelo Ministério do Meio Ambiente e Ibama, em parceria com estados e municípios da Amazônia Legal brasileira e doadores internacionais. O PNMT representa a peça maior em um mosaico de unidades de conservação que cobre mais de 50% do território do Estado do Amapá e compõe a base de um Corredor de Biodiversidade, em construção com os países do platô das Guianas.

## O PARQUE NACIONAL MONTANHAS DE TUMUCUMAQUE (PNMT)

### Localização/ Caracterização Ecológica Preliminar

O PNMT, criado por Decreto s/n, publicado no Diário Oficial de 23 de agosto de 2002, é a maior área protegida do mundo em floresta tropical e possui uma área de 3.867.000 ha. Está localizado predominantemente na região noroeste do Estado do Amapá, tendo também parte de sua extensão no Estado do Pará e faz fronteira com a Guiana Francesa e o Suriname (figura 1).

De acordo com o dispositivo do Artigo 1º, “o parque tem como objetivo específico assegurar a preservação de recursos naturais e da diversidade biológica, bem como proporcionar a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação, de recreação e turismo ecológico”, em consonância



**Figura 1** – Mapa de Contextualização Geográfica do Parque Nacional Montanhas de Tumucumaque.

Fonte: <http://www.cidadesdobrasil.com.br> (consulta em 30 de abril de 2005).

direta aos objetivos dessa categoria de manejo de Unidade de Conservação, segundo as premissas do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Lei 9985/2000).

As informações sobre a área são ainda limitadas e estão dispersas em alguns sites especializados e muitas publicações e documentos são de acesso limitado, o que dificulta significativamente a pesquisa e a sistematização de dados com objetivos educativos. As informações a seguir apresentadas foram levantadas principalmente nos sites do Ministério de Meio Ambiente (2004), IBAMA (2004), na consulta a alguns veículos de comunicação e, em entrevistas realizadas em campo.

O parque está situado em região de clima quente e úmido, dominada pela floresta tropical densa. Na sua porção centro-norte a floresta é de alto porte e cobertura uniforme, com núcleos esparsos de árvores emergentes. As espécies que mais se destacam são maçaranduba, maparajuba, cupiúba, jarana, mandioqueira, louros, acapu, acariquara, matamatás, faveiras, abioranas, tauari e tachi.

A região abriga também as nascentes de todos os principais rios do Amapá, com destaque para o Oiapoque (fronteira do Brasil com a Guiana Francesa), o Jari e o Araguari. O Rio

Jari constitui a divisa entre os estados do Pará e do Amapá. Dois divisores de águas se destacam na área do Parque: a Serra do Tumucumaque, localmente denominada Serra Uassipein e Serra Lombarda. Morros residuais do tipo Pão-de-açúcar (inselbergs) se destacam na paisagem da região oeste do Parque. Os solos predominantes são de baixa fertilidade.

O grande diferencial de paisagem são os pontões rochosos de granito que brotam do interior da floresta, conhecidos como inselbergs - ou “pães-de-açúcar”, na linguagem mais popular.

Na região da Serra Lombarda, a leste deste Parque, a floresta é exuberante e rica nas áreas de relevo residual, com porte alto e espécies emergentes. São características desta área os matamatás, breus, abioranas, cupiúbas, jaranas, acariquaras e maçarandubas. Algumas espécies constituem grupos gregários nesta região, como acapu, apazeiro, cedrorana, pracachi, piquiá, tauari e outras.

Na faixa oeste da área do Parque, a floresta densa, com árvores emergentes, domina as porções mais movimentadas do relevo local (a Serra do Tumucumaque). Ela varia entre floresta de alto porte - com predominância de angelim-pedra, maçaranduba e sorva - e floresta de baixo porte - com bastante faveiras, quarubas e matamatás. Nas áreas de relevo dissecado, a floresta densa, com árvores emergentes e de alto porte, é caracterizada pela maçaranduba, maparajuba, tauari, faveira e algum angelim. Nos vales, dominam o açai, o anani e a ucuuba. Em trechos de solo mais pobres ou rasos, ocorre uma floresta de baixo porte.

Nas proximidades do Rio Jari, ocorrem manchas de florestas do tipo aluvial, com ingá e faveira ocupando os terraços, em meio às florestas dos terrenos ondulados. Também se observam afloramentos rochosos, com vegetação de arbustos e gramíneas (carrasco). Nos morros do tipo “Pão-de-açúcar”, a vegetação é esparsa e com predominância de bromeliáceas e cactáceas.

O PNMT se caracteriza por uma elevada riqueza florística e faunística.

Entre as espécies de fauna podem ser mencionados grandes carnívoros como a onça (*Panthera onca*) e a sussuarana (*Puma concolor*) e primatas raros como o caxiu (*Chiropotes satanas*) de população muito reduzida em outras regiões. Pássaros como as macaws (*Ara chloroptera* e *Ara macao*), marianinhas (*Pionites melanocephalata*), jacus (*Penélope marail*), beija-flor brilho de fogo (*Topaza pela*), e grandes pássaros frutívoros da copa da floresta, tais como o Anambé-militar (*Haematoderus militaris*), o pássaro-boi (*Perissocephalus tricolor*) e o Gainambé (*Procnias alba*) são abundantes nas florestas bem conservadas da região. Entre as espécies da flora podem ser citadas a maçaranduba, maparajuba, cupiúba, jarana, mandiqueira, louros, acapu, matamatás, faveiras, abioranas, cedrorana, pracachi, piquá, tachi, entre outras (IBAMA, 2004).

A importância ecológica do PNMT é reforçada ainda por este se inserir num imenso corredor de biodiversidade ligando toda a face oeste do Estado do Amapá até o nordeste do Pará, que proporciona a interligação de diversas áreas protegidas, a grande maioria em ecossistema de floresta densa.

Segundo dados da Conservation International, a "ecorregião" do Platô das Guianas, na qual o PNMT se insere, é considerada uma das regiões mais privilegiadas do planeta, por encontrar-se intacta em quase 90% de sua extensão e abrigar um altíssimo no. de espécies e alto valor de endemismo.

O parque é ainda a peça maior em um mosaico de unidades de conservação que recobre mais de 50% da área do Amapá. Com pouco mais de 500 mil habitantes (equivalente à população de Ribeirão Preto, no interior paulista), o Estado ainda possui mais de 90% de sua cobertura vegetal preservada. No Tumucumaque, esse índice chega a quase 100%. Sem estradas e isolado de qualquer grande concentração urbana, o parque está praticamente intocado, a não ser por alguns focos isolados de garimpo e o núcleo populacional de Vila Brasil.

Sua criação significou, também, um importante passo para o cumpri-

mento da meta estabelecida pelo Governo Brasileiro, de proteger 10% da Amazônia brasileira com unidades de conservação de proteção integral, através do Projeto "Áreas Protegidas na Amazônia", (ARPA), resultado de uma parceria entre o Governo Federal, Banco Mundial, Banco Alemão KfW, WWF e Global Environmental Facility.

### **A importância histórica do território na lógica da disputa**

O território que atualmente abriga o PNMT está associado a um percurso histórico da mais alta importância na lógica da construção de identidade do Brasil e da França na região amazônica e essa história é apenas marginalmente conhecida pela população dos dois países. O PNMT representa, portanto, não apenas um registro de patrimônio ambiental de importância global mas também uma memória, a ser resgatada, não pelo ângulo da disputa de território, mas por sua face simbólica e multifacetada de sobreposição de influências culturais e étnicas, que criam uma paisagem singular, de difícil reprodução no espaço amazônico. Estas influências reproduzem duas realidades distintas que trazem à reflexão o diálogo norte-sul ou ainda, os desafios de uma espaço geográfico que concentra, simultaneamente, em toda a complexidade, a reflexão ética sobre o (des)envolvimento.

Embora desconhecida da maioria dos brasileiros, a área do PNMT é uma área de grande relevância histórica na composição e construção do território e da identidade nacional, uma vez que representa alvo de disputa desde os tempos das grandes descobertas do continente americano até a época recente da República. O percurso histórico recua desde a disputa entre portugueses e espanhóis e a assinatura imprecisa do Tratado de Tordesilhas, passando pelas iniciativas dos demais países europeus em ocupar a Amazônia brasileira, até a disputa direta entre França e Brasil pela soberania do território, entre o Amazonas e o Oiapoque. Disputa finalizada apenas em 1900, por um Tratado de

Arbitragem decidido na Suíça, que estabeleceu, no plano internacional, os limites definitivos de fronteira, reafirmando a base do Tratado de Utrecht. Um estudo detalhado é apresentado por Sarney *et al.* (2003) e Masteau (1997).

Evidentemente que a dimensão histórica é extremamente complexa e afeta até os dias atuais a dinâmica do território e a paisagem cultural de fronteira e merece um capítulo à parte na caracterização do parque, uma vez que amplifica a sua importância e transcende a interpretação apenas centrada no discurso sobre a biodiversidade. No território do PNMT e seu entorno diversos são os registros históricos e as influências recíprocas entre Brasil e França, o que parece contribuir para um cenário peculiar na dinâmica amazônica, pouco estudado e negligenciado nos textos tradicionais, que merece um olhar de pesquisa mais aprofundado. Cabe ainda enfatizar que o valor histórico do PNMT poderá representar um diferencial de alta atratividade turística para a região, em estratégias futuras de desenvolvimento.

### **O processo de Criação e a Gestão: um percurso ainda unidirecional**

O PNMT foi criado a partir das recomendações do Workshop "Áreas Prioritárias para Conservação, Uso Sustentável e Distribuição de Benefícios na Amazônia Brasileira", realizado em 1999 em Macapá pelo PROBIO, coordenado pelo MMA (em parceria com um consórcio ISA/IMAZON/GTA/CI Brasil e ISPNI), que identificou a área como de alta e extrema importância biológica.

Para se compreender a origem do parque e a lógica institucional de criação, a presente pesquisa se baseou na análise de documentação oficial interna do Ministério do Meio Ambiente.

Em etapa anterior à criação do parque foi realizada consulta pública, publicada no Diário Oficial da União, no dia 13 de maio de 2002, com prazo de 15 dias, no sentido de obtenção de subsídios para adequa-

ção de localização, dimensão e limites<sup>3</sup>.

Além da importância ecológica da área, como argumentos favoráveis à criação do parque, o IBAMA considerou a baixa densidade demográfica local, bem como as vantagens potenciais aos municípios do Estado a terem parte de seu território incorporado ao parque, uma vez que esses receberiam benefícios, no futuro, pelos recursos investidos no parque e pelo turismo, estimulado com a criação da UC. Da mesma forma, o apoio formal recebido pelo Governo do Estado para a iniciativa foi mencionado na documentação como argumento do IBAMA no processo.<sup>4</sup>

A documentação oficial<sup>5</sup> identificou, assim, os benefícios que o Estado do Amapá poderia ter com a criação do parque:

- Visibilidade internacional do Estado em Joannesbourg (Rio + 10 em 2002) e no Congresso Mundial de Parques (Durban, 2003) e estreitamento das relações França-Brasil, em função da continuidade de ecossistemas com a Guiana Francesa, tendo já o Governo Francês se pronunciado sobre a intenção de criação de um parque na área de fronteira;
- Reconhecimento Internacional para o Estado e novos conhecimentos gerados, o que tenderia a facilitar o trâmite de pleitos do Estado junto à comunidade internacional para outras áreas como saúde, educação e saneamento;
- Geração de emprego e renda, possibilitando o desenvolvimento do interior;
- Implantação de estrutura de acesso à região, possibilitando e estimulando o desenvolvimento do turismo;
- Aporte significativo de recursos nacionais e internacionais à região;
- Melhor controle de fronteiras do país pela vigilância permanente das autoridades;
- Possibilidade de estreitamento de relações com os países vizinhos e desenvolvimento de pro-

gramas ambientais que complementem as demandas de ambas as partes.

Em realidade, o encaminhamento institucional partiu de algumas premissas claras, como a importância estratégica da área para a biodiversidade nacional e global, as vantagens potenciais de criação de uma UC em área pública sem aparentes conflitos fundiários e de baixa densidade demográfica, numa faixa territorial significativa de um Estado caracterizado inúmeros problemas econômicos e sociais e, portanto, com grandes demandas a serem ainda atendidas. No entanto, a versão do Estado do Amapá nem sempre coincidiu com a do Governo Federal e, os sites e documentos oficiais do Estado claramente demonstram o conflito entre as duas esferas e, ilustram, o processo de negociação nem sempre tão amigável (Assembléia Legislativa do Amapá, 2004).

Evidentemente que o processo de criação do PNMT, por mais relevante e justificado que tenha sido e, pela urgência no trâmite burocrático e político, ignorou alguns elementos essenciais da dinâmica regional e teve como consequência um “estado de perplexidade e desconforto” do Estado do Amapá com relação a uma “abstração”, que parecia não lhe pertencer, até recentemente, embora o parque ocupe em torno de 24% de seu território. Atualmente essa lógica parece se inverter, em função de vários acordos em construção, entre o Governo do Estado do Amapá e o Governo Federal.

Com relação ao processo de gestão, o PNMT não dispõe ainda de Plano de Manejo. Através de uma parceria com a Conservation International e o Exército, estão sendo realizadas expedições para levantamento de flora e fauna, que subsidiarão a caracterização ecológica do

parque e a elaboração do Plano de Manejo, previsto para ser concluído em 2006.

Quanto ao Conselho Gestor, previsto pelo SNUC com caráter consultivo, este encontra-se ainda em formação.<sup>6</sup> O esforço, no momento, pela direção do parque, tem sido sensibilizar lideranças da região para reuniões preparatórias, no sentido da seleção dos membros e futura instalação do conselho. A iniciativa está sendo, portanto, retomada, com a previsão de que o Conselho de Gestão, com nova configuração, possa estar operacional até o final de 2005. Com o novo conselho empossado e, as informações de flora e fauna levantadas, o Plano de Manejo poderá ser construído, participativamente e, a área aberta à visitação, a partir de 2006.

### **Alguns aspectos sócio-econômicos, fundiários e de infra-estrutura: para entender a inserção do PNMT**

O parque situa-se numa região despovoadas, exceção à Vila Brasil, único núcleo populacional contido dentro dos limites do Parque. No seu entorno há ocorrências de alguns garimpos e, em seu interior, foram identificadas pelo IBAMA 25 pistas de pouso clandestinas, algumas ainda ativas. No entanto, as atividades de caça e exploração irregular de madeira, até o momento, não constituem um problema maior para a fiscalização.

Um tema fundamental para discussão, com relação à gestão da biodiversidade regional, diz respeito à temática indígena e sua integração às estratégias regionais de desenvolvimento e conservação de recursos renováveis. O PNMT se insere numa região onde coexistem diversos grupos indígenas, alguns dos quais, em ambos os lados da fronteira com a Guiana Francesa e, portan-

<sup>3</sup> Ofício IBAMA Nº 087/02 de 4 de junho de 2002. Segundo o ofício, no processo de consulta pela Internet foram recebidas 352 mensagens eletrônicas e 117 assinaturas em apoio à criação do parque de algumas universidades. Das mensagens recebidas, no entanto, nenhuma apontou razões que contradissem a criação do parque ou os limites propostos.

<sup>4</sup> Ofício IBAMA Nº 004-002/CGEUC-SC.

<sup>5</sup> Ofício IBAMA Nº 06/02-CGEUC-CS.

<sup>6</sup> Um primeiro conselho havia sido criado, de maneira arbitrária, aparentemente sem qualquer representatividade, vinculação ao parque ou lógica de participação social no processo de tomada de decisão.

**Quadro 3: Municípios do Amapá associados à área do PNMT ( Área, população, IDH**

| Municípios              | Área/Data/IDH   | População                              |
|-------------------------|---|--|
| Pedra Branca do Amapari | 9 495 km <sup>2</sup> , Criado em maio/1992IDH: 0,625               | 4 009 hab (0,42 hab/km <sup>2</sup> )  |
| Oiapoque                | 22 625 km <sup>2</sup> , Criado em maio/1945IDH: 0,737              | 12 886 hab(0,56 hab/km <sup>2</sup> )  |
| Serra do Navio          | 7 757 Km <sup>2</sup> , Criado em Maio/1992IDH: 0,743               | 3 293 hab (0,42 hab/km <sup>2</sup> )  |
| Laranjal do Jari        | 30 996 km <sup>2</sup> , Criado em dezembro de 1987IDH: 0,733       | 28 515 hab (0,91 hab/km <sup>2</sup> ) |
| Calçoene                | 14 296 km <sup>2</sup> , Criado em dezembro/1956IDH: 0,688          | 6 730 hab(0,47 hab/km <sup>2</sup> )   |
| Almerim*                | 72 960 km <sup>2</sup> , Criado em novembro/1930IDH: sem informação | 34 230 hab(0,51 hab/km <sup>2</sup> )  |

Fonte: www.amapa.net (consulta em fevereiro 2005).

(\*) Os dados sobre o município de Almerim foram obtidos em <http://ibge.com.br>; [www.citybrazil.com.br](http://www.citybrazil.com.br); [www.pa.gov.br](http://www.pa.gov.br)

to, submetidos a um enquadramento legal e institucional distinto. Segundo Gallois e Grupioni (2003) são inúmeras as etnias indígenas no norte do Amapá. Os Galibi Marwono ocupam a Terra Indígena Uaçá e a Terra Indígena Juminã. Os Palikur ocupam as margens do rio Urukawá, afluente do Uaçá (Terra Indígena Uaçá), os Karipuna, as Terras Indígenas Uaçá, Juminã e Galibi do Oiapoque e, os Galibi do Oiapoque, a Terra Indígena Galibi do Oiapoque. No noroeste do Amapá os Wajãpi ocupam a Terra Indígena Waiãpi. Próxima ao PNMT há também a Reserva Indígena de Tumucumaque.

No que se refere à acesso, não existe acesso rodoviário, uma vez que as estradas existentes são precárias e não chegam aos limites da área. Sem estradas e isolado de qualquer grande concentração urbana, o parque está praticamente intocado, a não ser por alguns focos isolados de garimpo e pelo núcleo urbano de Vila Brasil.

Não existe na área infra-estrutura turística de porte mas, com a perspectiva de finalização do plano de Manejo, a área poderá ser aberta à visitação em 2006.

Com relação à sua situação fundiária, o PNMT se caracteriza por um contexto privilegiado com relação aos demais parques nacionais, uma vez que sua área é pública, registrada originalmente em nome do INCRA mas disponibilizada integralmente para o IBAMA. Assim, não são observados conflitos fundiários graves como é o caso da maioria das Unidades de Conservação de Uso Indireto no país.

O parque envolve 5 municípios do Estado do Amapá: Pedra Branca,

Serra do Navio, Laranjal do Jarí, Oiapoque e Calçoene, além do município de Almerim, no Estado do Pará. No entanto, suas sedes se encontram a grandes distâncias do mesmo e não existem acessos rodoviários que façam a interligação<sup>7</sup>. Os municípios vinculados ao PNMT estão apresentados em termos de data de criação, população, densidade demográfica e IDH no Quadro 3.

A economia local se baseia no setor primário e de serviços. No entanto, em alguns casos, como no município de Oiapoque, o comércio ganha dimensões mais importantes e estabelece uma dinâmica distinta, de relação direta com a Guiana Francesa. De maneira geral, a agricultura de subsistência, a criação de gado, a pesca, a exploração florestal e mineral constituem a base da economia local. A infraestrutura turística é praticamente inexistente e, o turismo, não constitui ainda elemento significativo para a economia regional, apesar da riqueza do patrimônio natural e cultural da região

O Ibama inaugurou recentemente um escritório/base de apoio para o parque em Serra do Navio, município adotado como porta de entrada do Tumucumaque. Estão em fase de discussão duas bases de apoio em Oiapoque e Vila Brasil.

### **PENSANDO O CONTEXTO ATUAL E O CENÁRIO FUTURO: RUMO À COOPERAÇÃO TRANSFRONTEIRIÇA**

A gestão da biodiversidade no Parque Nacional Montanhas de Tumucumaque não pode ser enten-

tida dissociada da perspectiva de “território em transe silencioso” e, portanto, da lógica de desenvolvimento regional.

Embora o PNMT esteja inserido na região, até recentemente interpretada como “ultraperiferia” amazônica (Masteau, 1997), o cenário de desenvolvimento regional parece indicar transformações possíveis, de médio e longo prazos, capazes de interferir na lógica de uso e ocupação do espaço de fronteira e, assim, na pressão sobre a base de recursos renováveis, o que certamente afetará as estratégias para a gestão da biodiversidade em associação ao PNMT e demais áreas protegidas e terras indígenas próximas à fronteira ou rumo à região transfronteiriça.

Ainda assim, o “transe silencioso” parece lento e pouco perceptível aos olhares urbanos e distantes das metrópoles, o que torna a região ainda mais interessante como “laboratório” para a gestão da biodiversidade em área de fronteira, uma vez que os mecanismos para a proteção da natureza e inclusão social podem ser, em tese, discutidos e aprimorados anteriormente à pressão das atividades humanas, que tende a ser crescente, pelo cenário observado.

O Estado do Amapá que, atualmente se articula numa parceria formal com o Governo Federal para a gestão da biodiversidade, na construção de corredores ecológicos regionais, parece ter vivenciado um longo momento de aceitação e conformismo, com relação a uma decisão que considerava autoritária e que não entendia como sua. Sendo

<sup>7</sup> Distâncias do parque (Pedra Branca 65 km; Serra do Navio 52 km; Laranjal do Jarí 182 km; Oiapoque 45 km; Calçoene 85 km).



assim, o PNMT passou a ser percebido, em geral, pelo Estado, como uma questão do Governo Federal, embora a Assembléia Legislativa do Amapá tenha acompanhado, ativamente o processo, em todo o seu percurso. Na sombra dessa impressão pareceu existir, por algum tempo, também, um sentimento generalizado de frustração com relação às expectativas criadas (Assembléia Legislativa do Amapá, 2004) e que, ainda hoje, permanecem sem resposta. Essa percepção foi ainda reforçada pelos resultados limitados ou quase inexistentes de outros projetos dirigidos à região, como o PROECOTUR e o ARPA que, segundo alguns interlocutores, estão ainda no "plano do discurso"<sup>8</sup>.

A essa questão somam-se os imediatismos políticos observados, até recentemente, e uma situação crônica de descontinuidade administrativa, que, em alguns casos, parece transformar a máquina estatal em instrumento de respostas de curto prazo e que, praticamente, inviabiliza o diálogo entre partidos políticos, tornando impossível o estabelecimento de parcerias entre instituições públicas estratégicas e, entre essas e a sociedade civil organizada, na gestão dessa área protegida.

O esvaziamento das instituições públicas e, conseqüentemente, de projetos de "grande alcance" a elas atrelados, abre também um espaço à atuação de instituições internacionais, de forte presença na sociedade civil organizada nas temáticas ambiental e social, que dispõem de meios e assessoria de alto nível e que ocupam papéis incomparáveis na gestão, no desenvolvimento de pesquisas e na implantação de infraestrutura, numa rotina de independência dos órgãos públicos que, sobrecarregados de funções e atribuições delegam, em alguns casos, o "indelegável", sob a chancela de contratos formais de parceria.

A todo esse contexto, adiciona-se ainda o "estado de dormência" da população do Estado que, em sua grande parte distanciada dos recursos avançados da tecnologia, não participou da consulta pública e permanece à margem de um proces-

so de decisão que certamente estará afetando as suas vidas, em futuro não tão distante.

Um outro tópico a ser considerado para a definição de mecanismos de gestão regional da biodiversidade se relaciona ao âmbito geográfico de inserção do PNMT, que está prioritariamente configurado no Estado do Amapá mas tem parte de seu território no Estado do Pará (Município de Almerim), que não participa ainda, de maneira evidente, da agenda de discussões.

Vale acrescentar ainda que, no plano da gestão "intraterritorial" das áreas protegidas de fronteira na Amazônia brasileira, algumas perguntas permanecem ainda sem resposta. Estratégias eficazes para a conservação da biodiversidade regional só poderão ser construídas a partir de mecanismos consistentes e participativos de gestão, envolvendo, minimamente Planos de Manejo realistas e operacionais e, Conselhos de Gestão eficazes e representativos, o que ainda não parece ser o caso da maioria dos parques nessa condição. Da mesma forma, qualquer estratégia só será possível se a política governamental para a gestão puder assegurar recursos humanos qualificados e permanentes, recursos financeiros para o processo de implementação efetiva dos planos e programas identificados pelo Plano de Manejo e, mecanismos claros para a gestão compartilhada, quando for o caso. Resta ainda considerar que, se não houver uma iniciativa clara e transparente de cooperação para a gestão da biodiversidade e desenvolvimento regional com os países vizinhos, qualquer iniciativa do Governo Federal correrá o risco de se tornar rapidamente obsoleta e confinada ao "intramuros" das instituições públicas.

É importante ressaltar também que o PNMT representa uma Unidade de Conservação num mosaico muito mais amplo de terras indígenas, reservas extrativistas e outras categorias de manejo. Também, na área de fronteira, se localiza o Parque Nacional do Cabo Orange, pouco mencionado como prioridade para a cooperação internacional mas peça fundamental para qualquer estratégia regional, uma vez que engloba ecossistemas costeiros e marinhos, de grande relevância na discussão em curso pela Convenção da Diversidade Biológica e pelo recente Acordo de Durban (IUCN, 2003).

Nesse quadro, não menos flagrante é o distanciamento ainda evidente da pesquisa e das políticas públicas dirigidas à conservação da biodiversidade entre os governos brasileiro francês e, a quase incommunicabilidade, entre estes e o Suriname. Os ecossistemas extrapolam fronteiras políticas e, a ocupação e/ou uso do território serão resultado direto de uma equação ainda pouco clara mas que, a médio e longo prazos, tenderá a promover a integração regional, por meio rodoviário, e o contato direto com os países da União Européia, através da única via amazônica possível. Nesse contexto, é fundamental enfatizar a estratégia, em curso, de criação do Parque Nacional do Sul da Guiana, em discussão há aproximadamente 10 anos<sup>9</sup> (Navet, 1998; Charles-Dominique, 1998; Fleury, 1998; Lepêtre, 1998; Navet, 1998; Prefecture de la Région Guyane, 2003) em território contíguo ao PNMT e, confirmada, em discurso oficial do Presidente Jacques Chirac, em Janeiro de 2005<sup>10</sup>.

Alem da criação do parque da Guiana, previsto até o final de 2006, é fundamental que se considere o

<sup>8</sup> As entrevistas realizadas em Macapá com diversos interlocutores do IBAMA, da Secretaria de Turismo e da Secretaria de Meio Ambiente em agosto de 2004 foram consensuais com relação a este tópico.

<sup>9</sup> Esse debate ilustra uma grande polêmica do debate amazônico: O confronto entre as perspectivas ecocêntrica e antropocêntrica para a gestão da biodiversidade. De um lado, a demanda pela proteção da natureza e, de outro a necessidade de inclusão social e preservação do saber e do direito das populações tradicionais, numa região geográfica à margem dos processos de desenvolvimento.

<sup>10</sup> Discurso proferido na Conferência Internacional sobre Biodiversidade, Ciência e Governança (UNESCO) em Paris em 24 de janeiro de 2005.

movimento intrínseco de desenvolvimento regional e, o diálogo direto entre o Estado do Amapá e o Governo Local da Guiana. Alguns projetos ocupam a pauta central de discussão: a pavimentação integral do sistema viário, que estabelece a ligação entre Caiena e Macapá e a construção da ponte de ligação entre Saint George e Oiapoque, interligando Brasil e Guiana Francesa. Em curso, encontra-se também a negociação do Governo do Estado com a rede internacional de hotéis Accor<sup>11</sup>, para a construção de um hotel de alto nível em Macapá, até 2006/2007, o que poderá favorecer o desenho e implementação de um circuito turístico regional, envolvendo diretamente Caiena, Macapá e Belém e, num segundo plano, Manaus e as Antilhas. A estas informações, acrescenta-se ainda o fortalecimento progressivo da Base Aeroespacial de Kouru para atender às demandas dos países europeus e outros, o aumento demográfico, e o evidente crescimento da visitação turística e/ou de negócios em ambos os lados da fronteira ( Masteau, *op. cit.* e Governo do Amapá, 2004) Assim, o PNMT representa o ponto focal de um “território em transe”, no qual uma “transformação silenciosa”, de alta importância ecológica e geopolítica, poderá acontecer a médio e longo prazos. Nesse contexto, as estratégias de gestão do PNMT não podem, de maneira alguma, se dissociar de uma estratégia de desenvolvimento regional consistente e de longo prazo, o que demanda, em caráter emergencial, um esforço de pesquisa interdisciplinar, um diálogo permanente entre as esferas governamentais dos municípios e estados envolvidos com o Governo Federal e, a construção de novos modelos de cooperação internacional para pesquisa e desenvolvimento entre o Brasil, Suriname e a França, através do Governo Local da Guiana Francesa.

É importante considerar que, também pela perspectiva francesa, diversos são os problemas e desafios identificados para a gestão da biodiversidade e inclusão social na Guiana Francesa, tendo como “pano de fundo” a lógica do desenvolvimento regional. Uma primeira sín-

tese científica sobre as questões ambientais na Guiana foi publicada na Revista de Etnobiologia de 1998<sup>12</sup>. Esta síntese demonstra, com clareza, uma bipolaridade entre o olhar das ciências da natureza e das ciências sociais e, o que é denominado por Grenand (1998) como a “tentação do olhar monodisciplinar”, o que parece indicar que a pesquisa na região, pela perspectiva francesa, está ainda em busca de um caminho interdisciplinar, segundo uma nova concepção, embora o conhecimento sobre a realidade local tenha aumentado nos últimos anos. O autor, em sua análise, menciona também a importância de se trabalhar a visão do “pesquisador cidadão” numa região que materializa o contexto amazônico, em toda a sua complexidade. Ele reafirma ainda a dimensão internacional desejada para o Parque Nacional do Sul da Guiana (uma vez que as mesmas ameaças atingem a Guiana Francesa, o Brasil e o Suriname), e considera a cooperação científica internacional necessária para capitalização do conhecimento acumulado. Afinal, segundo o autor, “O objetivo não é se conseguir, em conjunto, comunidades locais, pesquisadores e tomadores de decisão, a construção de uma política ambiental eficaz na Guiana?”

De maneira semelhante ao caso brasileiro, a pesquisa e as iniciativas conjuntas com os países da região devem ser capazes de contribuir para o balanço entre a demanda social e as pressões de desenvolvimento. Segundo Gombault e Gachet (1998), o fraco desenvolvimento econômico e social da região (no caso, a Guiana Francesa) representa um obstáculo à implementação de uma política ambiental coerente. Esta afirmação é certamente aplicável também ao Estado do Amapá, por muitos anos, negligenciado pelas políticas federais de fomento ao desenvolvimento regional.

Barbault (1998) propõe uma ação e uma abertura para a cooperação com os países vizinhos, em especial o Brasil, no que se refere à pesquisa e à uma política de formação, o que permitirá a pesquisa num contexto amazônico global. O autor propõe também que o parque do sul da Guiana seja avaliado como uma possível reserva de biosfera, o que permitiria a conjugação da proteção da natureza e das atividades humanas, numa perspectiva de sustentabilidade. Essa poderá ser também uma alternativa no caso brasileiro. Uma reserva de biosfera transfronteiriça, tendo como núcleos o Parque Nacional Montanhas de Tumucumaque e o futuro Parque Nacional do Sul da Guiana e, envolvendo os demais espaços protegidos da região, pode significar um exercício de cooperação binacional e um avanço considerável na construção de estratégias regionais para a gestão da biodiversidade em áreas de fronteira na América Latina.

Evidentemente que qualquer política de cooperação regional deve considerar a lógica do Tratado de Cooperação Amazônica, um ato estratégico internacional, no sentido de regionalização da Amazônia<sup>13</sup>. Esse tema é amplamente discutido por Brackelaire (1998) que advoga uma maior inserção da Guiana no processo<sup>14</sup>. Segundo o autor, a temática de conservação e gestão da biodiversidade da Guiana se insere num contexto regional muito mais amplo, no qual intervêm oito países amazônicos, vizinhos diretos ou indiretos da Guiana Francesa, sendo o principal parceiro o Brasil, com fronteira comum de 655 km. Segundo o autor, esse engajamento permitiria à Guiana Francesa dividir alguns dos resultados alcançados em pesquisa científica com os demais países amazônicos mas também se beneficiar com interessantes experiências desenvolvidas, nos mesmos,

<sup>11</sup> Informação obtida em conversa com Alberto Gois em novembro de 2004.

<sup>12</sup> Revue d'Ethnobiologie Vol 40 (1-2)

<sup>13</sup> Tratado estabelecido em 1978, envolvendo oito países amazônicos, tendo como um dos seus princípios a afirmação e a defesa da soberania de cada um dos países membros para a gestão e uso dos recursos naturais, neles compreendida a floresta amazônica.

<sup>14</sup> Apenas recentemente a França recebeu o Status de “país observador” no Tratado de Cooperação Amazônica.

de gestão participativa dos espaços protegidos e gestão durável da biodiversidade.

Irving (2004) busca também analisar o potencial para a cooperação entre os dois países, de importância global no Plano da Convenção da Diversidade Biológica e menciona como um dos elementos favoráveis, o momento político-institucional atual, em que França e Brasil se mobilizam para operacionalizar as suas políticas de biodiversidade e sua estratégia global para a gestão dos espaços protegidos (IFB, 2003 a e 2003 b; BRASIL, 2000 a e b; BRASIL, 2002; MMA, 2004 a e b). A autora menciona também que, apesar de iniciativas ainda incipientes para a pesquisa conjunta, existe um potencial ilimitado que poderá ser progressivamente fortalecido, a partir de iniciativas de cooperação, já em andamento, entre instituições de pesquisa dos dois países. Em síntese, a autora afirma que a pesquisa conjunta pode colaborar para a construção de novos modelos de cooperação, baseados na simetria das relações e na possibilidade de aprendizagem mútua: Para a França, a ocasião de dividir a experiência adquirida nesse domínio; a oportunidade de conhecer mais profundamente o processo e os desafios de gestão da biodiversidade num contexto amazônico, no qual as demandas sociais são serias e prioritárias; e a possibilidade de efetivamente contribuir aos princípios da Convenção da Diversidade Biológica. Para o Brasil, a possibilidade de iniciar uma rede científica e institucional para a pesquisa, num tema ainda recente, do ponto de vista da integração natureza e sociedade; a ocasião de conhecer as experiências em curso na França e seus territórios ultramarinos; a possibilidade de iniciar um movimento rumo à integração social e construção da cidadania, ligados à gestão dos espaços protegidos; e de assumir, efetivamente, o papel de liderança de um país megadiverso, rumo à construção de uma ética global, proposta pela Convenção da Diversidade Biológica. Para os dois países, a oportunidade de intercâmbio cultural, de produção científica

conjunta, de inovação, de conhecimento compartilhado e de construção de um novo modelo de cooperação internacional, baseado no princípio de solidariedade entre países, baseado numa perspectiva ética de desenvolvimento.<sup>15</sup>

Ainda assim, diversas questões recorrentes aparecem na pauta de discussões sobre a gestão da biodiversidade em espaços protegidos de fronteira, quando o tema é a cooperação internacional com os países vizinhos:

- a) Como promover a cooperação internacional e assegurar a controle de soberania e a integridade do território em uma área geográfica contínua?
- b) Como construir estratégias de fiscalização de uso dos recursos renováveis sem interferir na autonomia política do(s) país (es vizinho (s))?
- c) Como harmonizar conceitos, arcabouços legais e arranjos institucionais e operacionalizar mecanismos de gestão em contextos tão distintos?
- d) Como assegurar uma base de dados e informações comum e compartilhada para a gestão da biodiversidade capaz de atender às demandas dos diversos países inseridos na região?
- e) Como construir um programa conjunto de formação de recursos humanos e pesquisa capaz de atender às demandas simultâneas desses países, numa perspectiva interdisciplinar e regional?
- f) Como assegurar uma abordagem transversal do tema da gestão da biodiversidade na lógica do desenvolvimento regional sustentável?
- g) Como regular o acesso aos recursos genéticos em ecossistemas contínuos mas submetidos a tão diferentes níveis formais de controle ?

h) Como construir, conjuntamente, estratégias de desenvolvimento regional sustentáveis com base na valorização dos recursos renováveis locais?

Nesse movimento possível em busca da cooperação Brasil-França, alguns avanços políticos-institucionais estão em curso. Além de uma base legal formal e histórica entre os dois países<sup>16</sup>, para a área temática de gestão da biodiversidade e desenvolvimento sustentável, foi assinado entre o Ministério de Meio Ambiente do Brasil e o Ministério de Ecologia e do Desenvolvimento Sustentável da França um Memorando de Entendimento em outubro de 2004 (MMA, 2004 b) buscando uma aproximação para a ação concreta em nível regional, com os seguintes objetivos:

- a) Promover o intercâmbio de suas reflexões sobre as questões ambientais globais;
- b) Implementar intercâmbios de experiências e conhecimentos, por meio da cooperação técnica, entre as administrações e instituições especializadas;
- c) Cooperar em projetos ambientais e de desenvolvimento sustentável ajustados às demandas e prioridades políticas de meio ambiente dos dois países
- d) Cooperar em projetos na região transfronteiriça Guiana/Amapá e fortalecer ações de cooperação regional;
- e) Iniciar a discussão da possibilidades de cooperação triangular, principalmente para os países latino-americanos.

Já no quadro deste Memorando de Entendimento, foi realizada em Brasília, em abril de 2005 a primeira reunião entre as partes com representantes dos governos do Brasil (esferas federal e estadual) e do Governo Francês (Esfera da Região da Guiana Francesa) que gerou uma matriz de prioridades para ação con-

<sup>15</sup> Para Sacchs (2005), essa cooperação se justifica se o Brasil tiver uma política clara para a Amazônia e a França estiver aberta a compartilhar todo o seu conhecimento e "know how" acumulado em ambientes tropicais. (Entrevista realizada com Ignacy Sacchs na Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais (EHESS) de Paris em janeiro/2005.

<sup>16</sup> Esse quadro legal e institucional é bastante consistente e já data de mais de 35 anos, a partir do Decreto No. 63.404 de 10 de outubro de 1968 que promulga o Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica com a França, apoiado no Acordo Quadro de 28 de maio de 1996.

junta e que, simbolicamente, representa o início de um longo processo, ainda a ser construído.

Evidentemente que, nesse “caldo de cultura” sem qualquer monotonia, o conflito emerge como palavra de ordem num discurso velado. Conflito de prioridades políticas, de instâncias governamentais, de papéis, de etnias que transcendem a perspectiva geopolítica, de países, de fronteira, de cultura, de passado, presente e futuro. Do conflito velado, a possibilidade de um novo olhar dirigido à construção de um novo modelo de gestão da biodiversidade em parques nacionais de fronteira, “rumo à transfronteira”, numa nova concepção ética de respeito aos valores, rumo à transculturalidade, à parceria e à uma redefinição de metas, em que a lógica da fronteira política possa ser substituída pela lógica da cooperação, numa perspectiva igualitária, sem colonizados e colonizadores, numa versão pós-moderna de solidariedade e respeito ao patrimônio global.

A questão que permanece nessa perspectiva é “por onde começar”?

## Referencias

ALBAGLI, S. *Geopolítica da Biodiversidade*. Brasília: Editora Atlas, 1998.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA do Estado do Amapá. Comissão Especial do Parque Nacional Montanhas de Tumucumaque. *Parque Nacional Montanhas de Tumucumaque*. Macapá: Assembléia Legislativa do Amapá, 2004.

BARBAULT, R. Conserver et gérer la biodiversité en Guyane : Quelle stratégie pour la recherche? JATBA, *Revue d'Ethnobiologie*, 1998, vol 40 (1-2) : 207-217.

BRACKELAIRE, V. Dynamiques amazoniennes autour de la Guyane. *Revue d'Ethnobiologie*, 1998, vol 40 (1-2): 635-646.

BRASIL. 1988. Constituição (da) República Federativa do Brasil. Brasília: Ministério da Educação, 1988.

BRASIL. Lei 9985, que regulamenta o art. 225, Parágrafo 1º, Incisos I,II,III e IV da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação e dá outras providências. Brasília, 2000 a.

BRASIL. Decreto 4.340, que regulamenta artigos da Lei no. 9.985, que dispõe

sobre o Sistema de Unidades de Conservação e dá outras providências. Brasília, 2000 b.

BRASIL. Decreto No. 4.339, que institui princípios e diretrizes para implementação da Política Nacional de Biodiversidade, Brasília, 2002.

CHARLES-DOMINIQUE, P. Parcs, reserves et structures de protection de l'environnement en Guyane Française, le point de vue d'un ecologue. *Revue d'Ethnobiologie*, 1998, vol 40 (1-2) : 523-531.

COMBAULD, P. e GACHET, J.P. Préservation et valorisation des ressources naturelles: quel compromis? *Revue d'Ethnobiologie*, 1998, vol 40 (1-2): 355-372.

FERREIRA, A. B. de H. *Novo dicionário Aurélio*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1975.

FLEURY, M. Les populations du Haut Maroni et le projet de Parc national de la Guyane. *Revue d'Ethnobiologie*, 1998, vol 40 (1-2) : 577- 610.

GALLOIS, D.T. & GRUPIONI, D.F. Povos Indígenas no Amapá e Norte do Pará. Iepê, 2003.

GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ. 2004. Disponível em <http://www.amapa.net> (Acesso em 30/3/2005).

GRELAND, P. respecter l'homme, respecter la nature. La fin d'un malentendu? *Revue d'Ethnobiologie*, 1998, vol 40 (1-2): 659- 678.

IBAMA, Instituto Brasileiro de Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal. 2004. Disponível em <http://www.ibama.gov.org>. (Acesso em 20/8/2004)

IFB. *Stratégie Nationale de recherche pour la biodiversité*: Au service du développement durable, Paris: IFB, 2003.

IFB. *Des espaces protégés pour concilier conservation de la biodiversité et développement durable*, Paris : IFB, 2003

IRVING, M.A. 2004. Gestion de la Biodiversité et intégration sociale au Brésil : Vers une coopération franco-brésilienne pour la recherche. *Du sujet : Théorie et praxis/Groupe de Réflexion en Sciences de la cognition*. Paris : Fondation Maison des Sciences de l'Homme, 2004: 91-97.

IUCN. *Acuerdo de Durban*, 2003 (mimeo).

LEPÊTRE, L. Les amériindiens wayana et la mise en place du Parc national de la Guyane. *Revue d'Ethnobiologie*, 1998, vol 40 (1-2) : 559-576.

MASTEAU, A. *La frontière franco-brésilienne de l'Oyapok-Guyane: essai de géographie culturelle et politique*. Uni-

versité de Paris III (Sorbonne Nouvelle). Paris, 1997.

MEDEIROS, R.; IRVING, M.A. & GARAY, I. A proteção da natureza no Brasil. *Revista de Desenvolvimento Econômico*, Ano IV, n. 09. Janeiro 2004: 83-93.

MMA, Ministério do Meio Ambiente. Protocolo de Intenções para Implementação do Programa de Trabalho para Áreas Protegidas no Brasil no âmbito da Convenção da Diversidade Biológica, Brasília, 2004a.

MMA, Ministério do Meio Ambiente. Memorando de Entendimento entre a Ministra do Meio Ambiente da República do Brasil e o Ministro da Ecologia e do Desenvolvimento Sustentável da França sobre Cooperação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. Caiena, 2004 b.

MMA. Ministério do Meio Ambiente. 2004 c. Disponível em <http://www.mma.gov.br/port/sbf/dap/novidad.html>. (Acesso em 20/08/2004.)

NAVET, E. Le parc de la forêt tropicale guyanaise : espace de vie ou dernier avatar de colonialisme? *Revue d'Ethnobiologie*, 1998, vol 40 (1-2) : 329-374.

PREFECTURE DE LA RÉGION GUYANE. Compte-rendu du Comité de Pilotage de la Mission pour la création du Parc de la Guyane. Cayene, 2003.

SANDWICH, T; SHINE, C. e HAMILTON, L. e SHEPPARD, D. *Transboundary Protected areas for peace and cooperation*. Gland, Switzerland: IUCN, 2003. 111p.

SARNEY, J.; MOURÃO, G.M.; DORTIOTO, F.; COELHO, M.C. & CORRÊA, L. F.S. *Rio Branco e a Questão de Fronteiras com a Guiana Francesa*. Brasília: Senado Federal/Ministério das Relações Exteriores, 2003.

SILVA, A.D. da. *De quem é o pedaço?* São Paulo: Hucitec, 1986.

UNESCO. *Five transboundary biosphere reserves in Europe*. Paris: UNESCO, 2003.

